

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Novembro/2016



CREMESP
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Gestão Financeira e Contábil
Área Contábil

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'J', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Planejamento e disciplina são fatores importantes para o sucesso.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Lições erradas

Dividimos a história em eras, com começo e fim bem definidos, e mesmo que a ordem seja imposta depois dos fatos – a gente vive para a frente mas compreende para trás, ninguém na época disse “Oba, começou a Renascença!” – é bom acreditar que os fatos têm coerência, e sentido, e lições. Mas podemos aprender a lição errada.

*A gente fala nos loucos anos 20, quando várias liberdades novas começavam a ser experimentadas, e esquece que foi a era que gerou o fascismo e outras formas liberticidas. O espírito da “era do jazz” foi também o espírito totalitário. Prevaleceram não os passos do **charleston***, mas os passos de ganso dos nazistas.*

A leitura convencional dos anos 40 é que foram os anos em que os Estados Unidos salvaram a Europa dela mesma. Na verdade, a Segunda Guerra salvou os Estados Unidos, acabou com a crise econômica que sobrara dos anos 30, fortalecendo a sua indústria ao mesmo tempo que os poupava da destruição que liquidou a Europa, fortalecendo um sistema econômico que mantém sua economia saudável até hoje. O fim da Segunda Guerra foi o começo da era americana. Os americanos salvaram o mundo – e ficaram com ele.

Já nos fabulosos anos 60, enquanto as drogas, o sexo e a comunhão dos jovens pela paz e contra tudo o que era velho tomavam conta das praças e das ruas, o conservadorismo se entrincheirava no poder.

Quando fizerem, no futuro, a leitura de nossa época, qual será a conclusão errada?

***Charleston** = dança de salão muito difundida na década de 20

(Adaptado de: VERISSIMO, Luís Fernando. **Banquete com os deuses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 207/208)

1. O título do texto – “Lições erradas” – prende-se ao fato de que, na visão do autor, as experiências históricas
 - (A) deixam para a posteridade ensinamentos que ajudam a iluminar os fatos contemporâneos.
 - (B) são frequentemente interpretadas de modo a falsear o sentido que deveria ser reconhecido.
 - (C) dificilmente são verdadeiramente compreendidas por aqueles que mais sofreram com elas.
 - (D) por vezes deixam lições que os homens não aproveitam por conta de seu egoísmo.
 - (E) não costumam ter nenhuma consequência quando os homens não refletem sobre elas.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. A ironia da frase “Oba, começou a Renascença!” deve-se ao fato de que só uma perspectiva histórica, e apenas ela, seria capaz de fixar a demarcação das eras da civilização.
 - II. O autor considera que os passos do **charleston** já prenunciavam a rigidez e a hostilidade que expressavam, nos desfiles militares, os passos de ganso dos soldados nazistas.
 - III. A expressão *leitura convencional* (3º parágrafo) traduz, neste contexto, o modo pelo qual todos deveríamos entender o que de fato se passou nos anos 40, com a Segunda Guerra.Em relação ao texto está correto o que se afirma APENAS em
 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, está plenamente adequada a tradução do sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *mesmo que a ordem seja imposta depois dos fatos* (1º parágrafo) = ainda quando a sequência seja anterior.
 - (B) *foi também o espírito totalitário* (2º parágrafo) = alcançou ainda o mérito de uma totalidade.
 - (C) *fortalecendo um sistema econômico* (3º parágrafo) = implementando um modelo mais restritivo.
 - (D) *a comunhão dos jovens pela paz* (4º parágrafo) = a consagração dos moços pacificados.
 - (E) *se entrincheirava no poder* (4º parágrafo) = protegia-se na posição de força.



4. O autor se vale da atuação dos Estados Unidos na Segunda Guerra para demonstrar uma “lição errada” específica, qual seja, a de que esse país,
- (A) interessado em abreviar o curso dos acontecimentos bélicos, acabou por prolongá-los e tirar proveito disso.
 - (B) para poupar sua indústria de maiores prejuízos, fortaleceu seu sistema econômico enquanto outros países guerreavam.
 - (C) tendo uma participação vitoriosa como libertador do mundo, soube fazer disso uma plataforma para o seu poderio
 - (D) tirando proveito da crise econômica de 1930, alavancou sua indústria para atingir a prosperidade na década seguinte.
 - (E) atingido pela crise econômica generalizada, conseguiu aliviá-la ao entrar de modo irrefletido na Segunda Guerra.
-
5. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) A divisão da história em várias eras ocorrem, em grande parte, considerando-se alguns marcos históricos com que ela se constitui.
 - (B) Os homens passam a enxergar a história como uma linha de coerências por que esse valor é atribuído a elas apenas postumamente.
 - (C) O autor nos lembra de que os anos vinte, alegres e dançantes, eram também uma época de cuja participava a ideologia fascista, que era o seu oposto.
 - (D) É bem possível, à julgar pelos fatos que tem ocorrido, que também os dias que estamos vivendo hoje venham a ser mau interpretados no futuro.
 - (E) Se nos anos 60, por um lado, os jovens entregavam-se a práticas libertárias e festivas, por outro se impunha a força do conservadorismo político.
-
6. As formas verbais mantêm adequada correlação entre os tempos e os modos e concordam regularmente com seus sujeitos em:
- (A) Se aprendêssemos as lições da História, não teremos voltado a repisar os mesmos erros que se cometeu no passado.
 - (B) Caso os Estados Unidos não se aliasse aos demais países, a Segunda Guerra terá alcançado proporções ainda mais trágicas.
 - (C) Quando vierem a avaliar a história dos nossos dias, aprenderiam algo com as lições que legaram nossa época?
 - (D) O humor e a ironia do autor seriam menos eficazes caso seus dotes de analista não seja também um seu atributo.
 - (E) Ninguém haveria de aprender lições erradas, com a História, se não nos contentassem as explicações mais simplórias.
-
7. Transpondo-se para a voz **passiva** a frase *Na verdade, a Segunda Guerra salvou os Estados Unidos (...), fortalecendo a sua indústria*, as formas verbais resultantes deverão ser, nesta ordem:
- (A) terá salvado – terá fortalecido
 - (B) foram salvos – sendo fortalecida
 - (C) salvaram-se – estando fortalecida
 - (D) tinham salvado – fortaleceu-se
 - (E) terão sido salvos – vindo a fortalecer
-
8. *Quando fizerem, no futuro, a leitura de nossa época, qual será a conclusão errada?*
- Analisando-se a construção sintática da frase acima, é correto observar que
- (A) a forma verbal *fizerem* tem o mesmo sujeito da forma verbal *será*.
 - (B) está indeterminado o sujeito da forma verbal *fizerem*.
 - (C) a expressão *Quando fizerem* tem o valor de uma condicional.
 - (D) *a leitura de nossa época* exerce a função de sujeito.
 - (E) *no futuro* é exemplo de uma oração intercalada.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, considere o texto abaixo.

Leituras e adolescência

No meu tempo de ensino médio, entrada da adolescência, os livros de Português ou as “seletas” adotadas eram implacáveis: não se buscava o gosto já formado do estudante, ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX. Modernismo? Quase nada (certamente uma pena, diga-se). Se algumas dessas leituras nos chateavam bastante, outras, por diversas razões, prendiam nosso interesse.

Intrigava-nos uma palavra nova, uma expressão curiosa, uma construção sintática desconhecida, e nossa imaginação era chamada a frequentar linguagens incomuns. Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes, entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço: chamavam-nos para as diferenças e desafios da literatura adulta, para o impacto que ela promovia em nós. Certamente havia aberrações nessa didática conservadora, mas havia também o estímulo para a dificuldade e para o desconhecido, para o inabitual e o “novo” que pode haver no “velho”.

Mas a recomendação que se pode fazer, sem querer recuar para programas obsoletos ou rígidas opções, é esta: tirar o estudante do trono em que a sociedade de consumo e a pedagogia da facilitação o colocaram e lhe oferecer um espelho no qual, em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido, veja também tudo o que está ao seu lado, e logo atrás dele, e muito atrás dele, alimentando ainda sua mais acesa expectativa quanto ao que estará por vir.

(Tibúrcio Calógeras, inédito)

9. Considerando-se a função dos parágrafos na estruturação do texto, é adequado afirmar:

- (A) nos três parágrafos, desenvolvem-se as medidas que, segundo o autor, deveriam ser adotadas para um maior aprimoramento do nível de leitura dos alunos.
- (B) no 1º parágrafo, recrimina-se o antigo uso escolar de se apresentarem aos alunos textos ultrapassados e sem valor, que desagravavam a todos.
- (C) no 2º parágrafo, faz-se uma digressão acerca das dificuldades e do esforço inútil que faziam os alunos diante de textos que não lhes cativavam a atenção.
- (D) no 3º parágrafo, sugere-se que os alunos sejam convidados a um esforço de leitura, diante de textos que representem um desafio à acomodação que neles se estimula.
- (E) nos dois primeiros parágrafos, a leitura de clássicos antigos é vista como um sacrifício que o aluno precisa assumir para vencer seu desinteresse pelos temas mais profundos.

10. Constituem uma relação de **causa e efeito**, nessa ordem, os seguintes segmentos:

- (A) *ofereciam-se a eles sobretudo textos consagrados do século XIX / algumas dessas leituras nos chateavam bastante*
- (B) *nossa imaginação era chamada / a frequentar linguagens incomuns*
- (C) *Não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes / entregando-lhes o que podiam mastigar sem esforço*
- (D) *havia aberrações nessa didática conservadora / havia também o estímulo para a dificuldade*
- (E) *lhe oferecer um espelho no qual / em vez de ver apenas seu próprio rosto refletido*

11. Considerando-se o contexto, comprova-se uma plena compreensão do sentido de um segmento do texto em:

- (A) *as “seletas” adotadas eram implacáveis* (1º parágrafo) = as antologias valorizadas eram perniciosas.
- (B) *Modernismo? Quase nada* (1º parágrafo) = o Modernismo ainda estava por ocorrer.
- (C) *não se passava a mão na cabecinha dos adolescentes* (2º parágrafo) = não se era condescendente com os jovens.
- (D) *havia aberrações nessa didática conservadora* (2º parágrafo) = essa pedagogia ineficaz tinha algumas qualidades.
- (E) *sem querer recuar para programas obsoletos* (3º parágrafo) = sem o anacronismo de programas subjetivos.

12. Por falta de correção e de coesão textual, é preciso **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) Em tempos passados era usual que se adotassem nas escolas, para a formação dos jovens leitores, textos de prestígio, escritos por autores clássicos do século XIX.
- (B) Prestigiosos autores de livros clássicos eram frequentados, em idos tempos, pelos jovens da época, que pouco chegavam a conhecer dos autores modernos.
- (C) Aos jovens alunos das escolas do passado não era facultado o acesso a autores modernos, a estes preferindo-se os escritores consagrados do século XIX.
- (D) Como não lhes era possível qualquer familiarização com os autores modernos, haja vista que aos alunos cabiam tão somente a leitura dos clássicos já prestigiados.
- (E) Ainda que pudessem se interessar pela leitura de escritores modernos, os alunos das escolas antigas viam-se compelidos a ler, sobretudo, os autores clássicos.



13. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **plural** para integrar corretamente a seguinte frase:
- (A) Não se (**atribuir**) aos jovens a responsabilidade pelos livros que devem ler, consoante seu exclusivo interesse.
 - (B) Pode ocorrer que (**faltar**) a um jovem leitor os atributos que o levem a escolher bem o que deva ler.
 - (C) Por que (**haver**) de faltar aos jovens o requisito necessário para fazerem suas próprias escolhas?
 - (D) São muitos os que (**atrair**) uma boa leitura, seja ela a de um romance tradicional ou experimental.
 - (E) Não se (**dever**) permitir que os jovens tivessem seu gosto literário manipulado pela sociedade de consumo.

14. *Quanto ao hábito da leitura, devemos todos estimular o hábito de leitura entre os jovens, de modo que venham a adquirir o hábito de leitura acompanhado do prazer que ao hábito de leitura se agrega.*

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) estimular-lhe – adquirir-lhe – nele se agrega
- (B) estimulá-lo – lhe adquirir – a ele se agrega
- (C) estimular-lhe – adquiri-lo – se agrega ao mesmo
- (D) lhe estimular – o adquirir – lhe agrega-se
- (E) estimulá-lo – adquiri-lo – se lhe agrega

Atenção: Para responder às questões de números 15 a 20, considere o texto abaixo.

O código de ética médica

Sabe-se, segundo informa o site da entidade, que “o último trabalho de revisão do Código de Ética da Associação Médica Americana aconteceu em 2007 sobre um documento que vigorava há quase 20 anos”. Sabe-se ainda que, “após quase dois anos de estudos preparatórios, com comissões estaduais e nacionais multidisciplinares, consulta pública pela internet e cerca de três mil propostas de modificação, quase quatro centenas de médicos, delegados de toda a Federação, revisaram e atualizaram o Código”.

São, de fato, assuntos importantes – e por vezes melindrosos – os revistos pela Federação. Entre eles, o da terminalidade da vida será talvez o mais polêmico, por envolver operações como a eutanásia, ou morte assistida, consideradas atos humanitários, por uns, e, por outros, intervenções inaceitáveis da medicina. Tem-se a impressão de que, com o tempo, a posição mais objetiva e piedosa poderá prevalecer. A medicina não existe para prolongar a dor do paciente terminal.

(<https://academiamedica.com.br/revisao-do-codigo-de-etica-medica-mudancas-em-favor-da-medicina-e-da-sociedade>)

15. Na última revisão do Código Ético da Associação Médica Americana, promoveu-se uma série de revisões do código anterior, abrindo-se espaço para questões polêmicas, como a terminalidade da vida, tema esse que
- (A) só alcança consenso quanto à necessidade de se abreviar a dor do paciente terminal.
 - (B) provoca na maioria dos médicos mais objetivos uma pronta rejeição quanto à eutanásia.
 - (C) abre controvérsias quanto ao que seja um desfecho aceitável da vida de um paciente terminal.
 - (D) implica soluções humanitárias para as quais a medicina ainda não está tecnicamente preparada.
 - (E) faz esquecer os aspectos éticos de operações como a eutanásia ou a morte assistida.

16. *Tem-se a impressão de que, com o tempo, a posição mais objetiva e piedosa poderá prevalecer. A medicina não existe para prolongar a dor do paciente terminal.*

Considerando-se a justaposição dessas duas afirmações finais do texto, deve-se concluir que

- (A) cada uma delas reflete uma das posições contrárias da polêmica aberta pela questão da terminalidade da vida.
- (B) ambas, por serem contraditórias entre si, refletem a posição ambivalente do autor do texto.
- (C) a primeira afirmação faz crer numa posição que acaba sendo inteiramente negada pela segunda.
- (D) a segunda afirmação afasta qualquer dúvida que pudesse ter ficado quanto à compreensão da primeira.
- (E) não há entre ambas alguma relação que incida sobre o posicionamento pessoal do autor do texto.



17. É plenamente aceitável, quanto à correção e à clareza, esta **nova redação** de uma informação do texto:
- (A) Uma das duas posições que constituem a polêmica é considerada a mais objetiva e piedosa.
 - (B) Cerca de quatro centenas de médicos envolveram-se com o Código de cuja revisão procederam.
 - (C) Constam, entre os assuntos revistos pela Federação, a questão da terminalidade da vida.
 - (D) Devem-se a operações como a eutanásia ou a morte assistida o teor de polêmica que envolvem.
 - (E) Há quase vinte anos reveram-se aspectos do Código de Ética da Associação Médica Americana.
-
18. Está correto o emprego do elemento sublinhado na seguinte frase:
- (A) Entre os assuntos revistos a que se deve dar importância está o da terminalidade da vida.
 - (B) As operações a que se atribuem um caráter polêmico dizem respeito à terminalidade da vida.
 - (C) A terminalidade da vida, tema de cujos aspectos derivam tanta polêmica, foi considerada na revisão do Código.
 - (D) Quanto à terminalidade da vida, onde a polêmica se acrescenta muita paixão, ainda há muito o que debater.
 - (E) Qualquer das posições da polêmica a que se queiram defender levantará uma série de objeções.
-
19. A supressão da vírgula altera o sentido da frase em:
- I. Finalmente, processou-se a tão esperada revisão do Código de Ética.
 - II. Foram consideradas com prudência as normas éticas, discutidas nesse Código.
 - III. São cruciais os aspectos da terminalidade da vida, que esse Código não deixou de problematizar.
- Atende ao enunciado o que está em
- (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) II, apenas.
-
20. Considerando-se aspectos da construção desse texto, é correto afirmar que
- (A) o sujeito da forma *Sabe-se*, que inicia o texto, é o *site*.
 - (B) o sentido de *por vezes melindrosos* (2º parágrafo) é alterado caso se substitua por *conquanto melindrosos*.
 - (C) as expressões *por uns* e *por outros* (2º parágrafo) indicam, no contexto, duas posições conciliatórias.
 - (D) *eutanásia* e *morte assistida* (2º parágrafo) são, respectivamente, um ato humanitário e uma intervenção inaceitável.
 - (E) a oração *para prolongar a dor do paciente terminal* exerce a função de sujeito da oração que a antecede.

Matemática e Raciocínio Lógico

21. Alguns funcionários foram contratados e serão alocados em vários postos de saúde de um município. O ideal seria alocar 12 funcionários em cada posto de saúde, porém, nesse caso faltariam 20 funcionários. Não tendo sido possível o ideal, então, foram alocados 11 funcionários em cada posto e sobraram 11 funcionários, que foram alocados no hospital do município. A porcentagem dos funcionários contratados que foram alocados no hospital do município foi igual a
- (A) 4,225%.
 - (B) 3,125%.
 - (C) 2,825%.
 - (D) 7,025%.
 - (E) 3,625%.



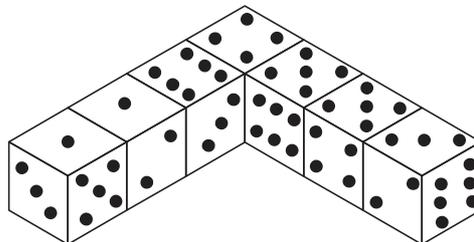
22. Alberto gasta para realizar metade de um serviço o mesmo tempo que Bernardo gasta para realizar $\frac{5}{6}$ do mesmo serviço. Se Alberto e Bernardo realizam, juntos, o serviço em 15 dias, então Alberto realizaria, sozinho, o serviço completo em
- (A) 20 dias.
 (B) 24 dias.
 (C) 42 dias.
 (D) 36 dias.
 (E) 40 dias.

23. Em dezembro serão vistoriados 10 estabelecimentos de saúde, sendo 2 hospitais, 1 pronto-socorro, 3 ambulatórios e 4 postos de saúde. Sorteando-se ao acaso a ordem de visita dos 10 estabelecimentos, a probabilidade de que os dois primeiros sejam postos de saúde é igual a
- (A) $\frac{2}{15}$.
 (B) $\frac{4}{25}$.
 (C) $\frac{2}{25}$.
 (D) $\frac{3}{20}$.
 (E) $\frac{3}{25}$.

24. Ângela, Beatriz, Carlos e Débora concluíram seus cursos superiores de jornalismo, direito, administração de empresas e computação, não necessariamente nessa ordem, e cada um deles em um único dos quatro cursos. Sabe-se que:
- Beatriz não fez jornalismo;
 - Se Carlos é formado em direito, então Ângela é formada em computação;
 - Débora ainda quer fazer curso superior de computação;
 - Carlos teria feito jornalismo se Ângela não tivesse concluído esse curso, como ela o fez;
 - Beatriz fazia curso superior de computação, mas mudou para administração de empresas, curso que concluiu.

Nas condições descritas, Ângela e Débora concluíram, respectivamente, os cursos de

- (A) administração de empresas e direito.
 (B) jornalismo e administração de empresas.
 (C) computação e administração de empresas.
 (D) jornalismo e direito.
 (E) direito e jornalismo.
25. A figura mostra sete dados de seis faces, dos quais seis são convencionais (faces marcadas de 1 a 6 pontos), e um deles possui marcação de 2 pontos em cinco faces.

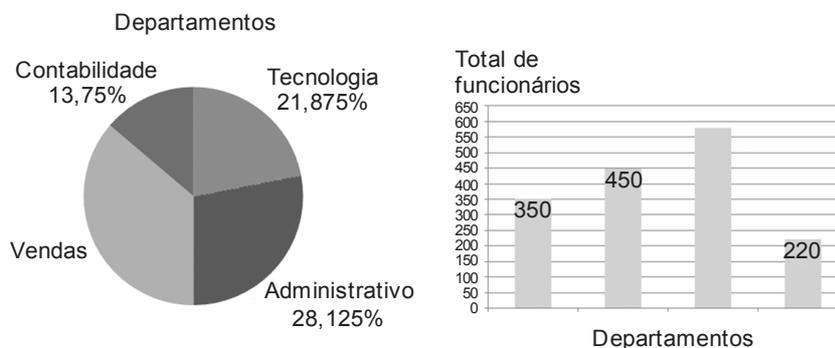


Se x o total de pontos possíveis marcados nas faces não visíveis dos sete dados na posição indicada na figura, os valores mínimo e máximo de x são, respectivamente,

- (A) 83 e 84.
 (B) 81 e 86.
 (C) 81 e 84.
 (D) 83 e 86.
 (E) 83 e 87.



26. Um contador possui mais do que 130 livros. Quando ele empilha os livros de 3 em 3, sobra um livro. Quando ele empilha de 4 em 4, também sobra um livro, mas quando ele empilha de 7 em 7, nenhum livro sobra. Sendo x o menor número natural que atende às condições do problema, a soma dos algarismos de x é igual a
- (A) 7.
(B) 9.
(C) 19.
(D) 10.
(E) 11.
27. O setor administrativo de uma empresa possui seis funcionários, todos com salários diferentes entre si. Considerando apenas o maior e o menor dos seis salários, a média é igual a R\$ 2.500,00, e considerando apenas os quatro outros salários, a média é igual a R\$ 2.200,00. Se apenas um dos seis salários for reajustado em R\$ 138,00, a nova média salarial dos seis funcionários, comparada à média anterior do grupo, aumentará em
- (A) 0,6%.
(B) 1,3%.
(C) 0,7%.
(D) 1,0%.
(E) 0,9%.
28. Na prestação de um serviço, o técnico contratado cobra R\$ 50,00 fixos pela visita, mais R\$ 80,00 por hora trabalhada durante as 4 primeiras horas. A partir da 5ª hora o técnico passa a cobrar 60% menos por hora trabalhada. Sendo x o total de horas trabalhadas por esse técnico em um desses serviços, a fórmula correta para o cálculo do valor a ser cobrado por ele, em reais, quando x é um número natural maior ou igual a 5, é
- (A) $306 + 32x$.
(B) $370 + 48x$.
(C) $242 + 48x$.
(D) $242 + 32x$.
(E) $370 + 32x$.
29. Em um grupo de 55 pessoas, 32 possuem plano médico de saúde, 25 possuem plano odontológico, 33 possuem plano de previdência e 4 possuem os três planos citados anteriormente. Se cada uma das 55 pessoas possui ao menos dois dos três planos citados, o número de pessoas desse grupo que possui exatamente dois dos três planos citados é igual a
- (A) 40.
(B) 43.
(C) 39.
(D) 35.
(E) 38.
30. Uma empresa possui funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários dessa empresa que trabalham no setor de vendas é igual a

- (A) 578.
(B) 580.
(C) 576.
(D) 582.
(E) 585.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Uma empresa iniciou suas operações no ano de 2015, obtendo lucro líquido no fim do ano de R\$ 100.000,00. Dado que a Assembleia Geral Ordinária propôs 20% do lucro líquido para a reserva de contingência e que a reserva legal é constituída nos termos da Lei nº 6.404/76, uma vez que o limite legal ainda não foi atingido, o valor do dividendo mínimo obrigatório distribuído, sabendo que a companhia não possui em seu estatuto social critério definido para tal, foi, em reais,
- (A) 80.000,00.
(B) 18.750,00.
(C) 23.750,00.
(D) 37.500,00.
(E) 75.000,00.
-
32. A empresa Genipabu S.A. possuía um imóvel cujo valor contábil era R\$ 50.000,00 (Custo de aquisição – Depreciação acumulada). Ao fazer o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*), a empresa verificou que o valor justo líquido das despesas de venda diminuiu bastante. Os engenheiros avaliaram que o valor em uso do imóvel era R\$ 40.000,00. Sabendo que o valor justo líquido das despesas de venda era R\$ 37.000,00, é correto afirmar que, na data em que o teste de *impairment* foi realizado,
- (A) houve um ganho por valorização de R\$ 3.000,00.
(B) houve um perda por desvalorização de R\$ 3.000,00.
(C) houve uma perda por desvalorização de R\$ 13.000,00.
(D) houve uma perda por desvalorização de R\$ 10.000,00.
(E) não houve perda nem ganho no teste de *impairment* do bem.
-
33. A empresa Maracajaú S.A. vende *video games* com garantia que assegura cobertura para reparação de qualquer defeito de fabricação. O prazo dado pela empresa, historicamente, é de 9 meses após a data da aquisição pelo cliente. A empresa, levando em consideração o CPC 25, estimou quanto seria o montante a ser desembolsado se fosse detectado defeitos em todos os produtos vendidos:
- Defeitos significativos: custos de reparação de R\$ 100.000,00.
 - Defeitos pequenos: custos de reparação de R\$ 20.000,00.
- Após estudos, a empresa chegou às seguintes estimativas:
- 95% dos itens vendidos não terão defeitos.
 - 3% dos bens vendidos terão defeitos pequenos.
 - 2% dos bens vendidos terão defeitos significativos.
- Com base nessas informações, o valor reconhecido como provisão para garantias prestadas foi, em reais,
- (A) 6.000,00.
(B) 2.000,00.
(C) 2.600,00.
(D) 3.400,00.
(E) 3.000,00.
-
34. A empresa Cajueiro S.A. possui um único investimento na empresa Uruaçu S.A. avaliado pelo método de custo no valor de R\$ 30.000,00, correspondendo a 15% das ações preferenciais da empresa investida. O patrimônio líquido da empresa Uruaçu S.A. no início do exercício social era R\$ 200.000,00. No final do exercício social, a empresa investida possuía um patrimônio líquido de R\$ 230.000,00 devido ao lucro líquido de R\$ 50.000,00 e distribuição e pagamento de dividendos no montante de R\$ 20.000,00. Com base nestas informações e sabendo que este investimento foi adquirido há 3 anos atrás, o saldo da conta Investimentos da empresa Cajueiro S.A. após as transações ocorridas na empresa Uruaçu S.A. era, em reais,
- (A) 34.500,00.
(B) 30.000,00.
(C) 7.500,00.
(D) 37.500,00.
(E) 4.500,00.



35. No início de 2015, a empresa Pirangi S.A. começou a desenvolver um novo sistema para compras e vendas da empresa. Até o final do mês de outubro de 2015, a empresa incorreu em gastos no valor total de R\$ 100.000,00. A partir do mês de novembro de 2015, os gastos com esse sistema passaram a atender ao critério de reconhecimento de ativos intangíveis. Ao final de dezembro de 2015, os gastos com o desenvolvimento do sistema, desde o início, totalizaram R\$ 210.000,00. Sabendo que o valor recuperável do novo sistema no final de dezembro de 2015 era R\$ 120.000,00, o valor reconhecido como intangível foi, em reais,
- (A) 210.000,00.
- (B) 120.000,00.
- (C) 100.000,00.
- (D) 90.000,00.
- (E) 110.000,00.

36. A empresa Papa Jerimum possui uma funcionária, cujas informações referentes ao mês de setembro de 2016 estão nas tabelas abaixo:

Informações sobre o salário:

Nome	Salário Bruto (R\$)	Quantidade de dependentes para IR
Maria	2.900	1

Informações para fins de cálculo de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF):

Base de cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IRPF (R\$)
Até 1.900	isento	–
De 1.900,01 a 2.900	7,5	142,50
Salário família por dependente – R\$ 190,00		

Informações para fins de recolhimento do INSS:

Salário de Contribuição	Alíquota para fins de recolhimento ao INSS (%)
Até 1.500	8%
De 1.500,01 a 2.600	9%
De 2.600,01 a 5.200	11%

Com base nessas informações, é correto afirmar que, no mês de setembro de 2016,

- (A) o valor do IRRF foi R\$ 75,00.
- (B) o valor do INSS descontado foi R\$ 251,80.
- (C) o valor recebido pela funcionária foi R\$ 2.544,17.
- (D) o valor recebido pela funcionária foi R\$ 2.354,17.
- (E) o valor recebido pela funcionária foi R\$ 2.401,67.



37. A Cia. Industrial incorreu nos seguintes gastos, durante o mês de setembro de 2016, referentes a seu único produto: mão de obra direta R\$ 30.000,00; custos indiretos de produção R\$ 12.000,00; salários da administração geral da empresa R\$ 10.000,00; salários da supervisão da fábrica R\$ 8.000,00; comissões dos vendedores R\$ 5.000,00; compra de matéria prima R\$ 15.000,00 (valor líquido dos tributos recuperáveis).

Em setembro de 2016, o estoque inicial de produtos em processo era R\$ 10.000,00, o estoque final de produtos em processo era R\$ 14.000,00, o estoque inicial de matéria prima era R\$ 8.000,00 e o estoque final de matéria prima era R\$ 3.000,00. Com base nessas informações, o custo da produção acabada no mês de setembro de 2016, utilizando o método de custeio por absorção foi, em reais,

- (A) 66.000,00.
 (B) 80.000,00.
 (C) 76.000,00.
 (D) 61.000,00.
 (E) 70.000,00.

38. A empresa Brasileira S.A., ao analisar os custos do seu único produto BRVerde, obteve as seguintes informações:

Custo A	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	1.000 unidades	R\$ 15	R\$ 15.000
	3.000 unidades	R\$ 5	R\$ 15.000
	5.000 unidades	R\$ 3	R\$ 15.000

Custo B	Quantidade produzida	Custo unitário	Custo Total
	1.000 unidades	R\$ 3	R\$ 3.000
	3.000 unidades	R\$ 3	R\$ 9.000
	5.000 unidades	R\$ 3	R\$ 15.000

Com base nas informações obtidas, os custos A e B são, em relação à unidade do produto BRVerde, respectivamente,

- (A) direto e fixo.
 (B) fixo e variável.
 (C) variável e fixo.
 (D) variável e variável.
 (E) fixo e fixo.

39. A empresa XYZ produz três tipos de caixa d'água utilizando um único departamento. Ao analisar o processo produtivo do mês de setembro de 2016, a empresa obteve as seguintes informações:

Caixa d'água	Matéria-prima	Mão de obra direta	Quantidade total produzida	Preço de venda	Horas de mão de obra direta
A	R\$ 1.000/unidade	R\$ 300/unidade	100	R\$ 5.000/unidade	3h/unidade
B	R\$ 2.000/unidade	R\$ 300/unidade	200	R\$ 6.000/unidade	3h/unidade
C	R\$ 3.000/unidade	R\$ 500/unidade	100	R\$ 9.000/unidade	6h/unidade

Sabe-se que a empresa utiliza o custeio por absorção e os custos fixos indiretos totais incorridos, no mês de setembro de 2016, foram R\$ 225.000,00 alocados aos produtos em função da quantidade total de horas de mão de obra direta utilizada. Com base nestas informações e sabendo que não havia estoques iniciais e finais de produtos em processo, o custo unitário de produção para as caixas d'águas A, B e C, no mês de setembro de 2016, foram, respectivamente, em reais,

- (A) 1.300,00 – 2.300,00 – 3.500,00.
 (B) 1.000,00 – 2.000,00 – 3.000,00.
 (C) 1.750,00 – 2.750,00 – 4.400,00.
 (D) 1.862,50 – 2.581,25 – 4.650,00.
 (E) 2.050,00 – 2.675,00 – 4.250,00.



40. A Cia. Forte adquiriu em 01/10/2016 produtos para serem revendidos. Os produtos foram adquiridos à vista por R\$ 200.000,00, sendo que neste valor estavam inclusos os tributos recuperáveis de R\$ 25.000,00 e os tributos não recuperáveis de R\$ 15.000,00. Adicionalmente, a Cia. Forte contratou e pagou frete e seguro, para transporte dos produtos adquiridos até a empresa, no valor total de R\$ 5.000,00, sendo que neste valor estavam inclusos tributos recuperáveis de R\$ 500,00. Em 20/10/2016, a Cia. Forte revendeu 80% destes produtos por R\$ 400.000,00, à vista. Com base nestas informações, o custo das mercadorias vendidas reconhecido pela Cia. Forte decorrente desta venda foi, em reais,
- (A) 128.000,00.
 - (B) 148.000,00.
 - (C) 164.000,00.
 - (D) 151.600,00.
 - (E) 143.600,00.
-
41. Em observância aos procedimentos contábeis orçamentários constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, constitui uma receita orçamentária realizada do exercício corrente
- (A) o superávit financeiro do exercício anterior.
 - (B) a reabertura de crédito adicional extraordinário.
 - (C) o lançamento de receitas de serviços.
 - (D) a arrecadação de contribuições sociais.
 - (E) o recebimento de um depósito caução.
-
42. As contas das classes 3 e 4, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, são utilizadas para a apuração
- (A) do Resultado Orçamentário.
 - (B) do Resultado Financeiro.
 - (C) do Resultado Patrimonial.
 - (D) da Liquidez Corrente.
 - (E) do Superávit financeiro.
-
43. Considere os seguintes itens:
- I. Contribuições das categorias sociais e econômicas – anuidades das pessoas físicas e jurídicas
 - II. Alienação de bens imóveis
 - III. Remuneração de depósitos bancários
 - IV. Taxa pelo serviço de emissão de cédula de identidade profissional
 - V. Juros sobre anuidades das pessoas físicas e jurídicas
- Em um Conselho Regional de Medicina, são receitas orçamentárias correntes os itens
- (A) I, III, IV e V, apenas.
 - (B) III e V, apenas.
 - (C) I e IV, apenas.
 - (D) II, III e V, apenas.
 - (E) I, II, III, IV e V.
-
44. A funcionária Maria de Lourdes recebeu, em 17/12/2015, o valor de R\$ 300,00 a título de suprimentos de fundos para atender despesas eventuais que exigem pronto pagamento em virtude da participação em uma reunião em uma das Delegacias Regionais de um Conselho Regional de Medicina em 18/12/2015. A prestação de contas foi realizada por Maria de Lourdes, em tempo hábil, no dia 04/01/2016. Dos R\$ 300,00, ela utilizou R\$ 250,00 e o restante foi devolvido no dia da prestação de contas. Em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Conselho Regional de Medicina
- (A) reconheceu uma variação patrimonial diminutiva em 17/12/2015.
 - (B) realizou o empenho e liquidação da despesa no valor de R\$ 300,00 no dia 18/12/2015.
 - (C) reconheceu um passivo permanente no valor de R\$ 300,00 no dia 17/12/2015.
 - (D) realizou um crédito na conta Receita Realizada no valor de R\$ 50,00 no dia 04/01/2016.
 - (E) realizou um débito na conta Crédito Empenhado Pago no valor de R\$ 50,00 no dia 04/01/2016.



Atenção: Para responder às questões de números 45 e 46, considere as informações abaixo:

Considere as informações extraídas do sistema de contabilidade de um Conselho Regional de Medicina referentes ao mês de janeiro de X1:

- Empenho e liquidação da despesa com material de consumo entregue pelo fornecedor em 20/01/X1, no valor de R\$ 50.000,00, para pagamento em fevereiro de X1.
- Lançamento e arrecadação de contribuições no valor de R\$ 500.000,00.
- Pagamento dos salários, referentes a dezembro de X0, dos funcionários da área administrativa no valor de R\$ 80.000,00.
- Distribuição de cartilhas educativas no valor de R\$ 15.000,00.
- Prestação de Serviços de emissão de certificado para pessoas jurídicas no valor de R\$ 54.000,00 para ser recebido em fevereiro de X1.
- Reconhecimento da Depreciação mensal do Ativo Imobilizado no valor de R\$ 115.000,00.
- Recebimento de multas e juros, referentes a X0, sobre anuidades no valor de R\$ 23.000,00.
- Empenho de despesa com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no valor de R\$ 48.000,00, referente à prestação de serviços jurídicos no mês de fevereiro de X1.

45. Com base nessas informações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em janeiro de X1 e em reais, o saldo do ativo total foi aumentado em

- (A) 417.000,00.
- (B) 409.000,00.
- (C) 474.000,00.
- (D) 340.000,00.
- (E) 394.000,00.

46. Com base nessas informações e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em janeiro de X1,

- (A) o valor das variações patrimoniais quantitativas aumentativas foi R\$ 627.000,00.
- (B) o resultado patrimonial foi R\$ 424.000,00 positivo.
- (C) o valor das variações patrimoniais quantitativas diminutivas foi R\$ 210.000,00.
- (D) o resultado de execução orçamentária foi superavitário em R\$ 361.000,00.
- (E) a depreciação do ativo imobilizado provocou uma variação patrimonial qualitativa no patrimônio.

47. Considere os dados a seguir, extraídos das demonstrações contábeis consolidadas de um Município referentes a X1:

Receita Lançada:.....	R\$ 118.000.000,00
Receita Arrecadada:.....	R\$ 113.000.000,00
Dotação Atualizada:.....	R\$ 125.000.000,00
Despesa Paga:.....	R\$ 98.000.000,00
Inscrição de Restos a Pagar em 31/12/X1:.....	R\$ 25.000.000,00
Recebimento de Depósito Caução:.....	R\$ 1.000.000,00
Pagamento de Restos a Pagar:.....	R\$ 13.500.000,00

Com base nessas informações,

- (A) a variação no saldo em espécie, evidenciada no Balanço Financeiro, foi positiva em R\$ 27.500.000,00.
- (B) a receita realizada evidenciada no Balanço Orçamentário, conforme Lei nº 4.320/64, foi R\$ 118.000.000,00.
- (C) a despesa realizada evidenciada no Balanço Orçamentário, conforme Lei nº 4.320/64, foi R\$ 123.000.000,00.
- (D) os ingressos extraorçamentários evidenciados no Balanço Financeiro totalizaram R\$ 25.000.000,00.
- (E) a economia orçamentária evidenciada no Balanço Orçamentário foi R\$ 27.000.000,00.

48. Considere os itens, a seguir, do patrimônio de um Conselho Regional de Medicina – CRM em 31/12/2015:

- I. Pagamento, em 31/12/2015, por assinatura de Revista cujos exemplares foram recebidos no primeiro semestre de 2016.
- II. Provisões, cujo prazo previsto de exigibilidade era 2018.
- III. Valor do recebimento antecipado referente à taxa de renovação de certificados – pessoa jurídica, cujo serviço foi prestado pelo CRM em 2016.

No Balanço Patrimonial de 31/12/2015, os itens I, II e III foram classificados, respectivamente, como Ativo

- (A) Circulante, Passivo não Circulante e Passivo Circulante.
- (B) Circulante, Ativo não Circulante e Passivo Circulante.
- (C) não Circulante, Passivo não Circulante e Passivo Circulante.
- (D) Financeiro, Passivo Financeiro e Ativo Circulante.
- (E) Circulante, Passivo Permanente e Ativo Circulante.



49. Em novembro de 2015, uma entidade pública anulou uma despesa empenhada em outubro de 2015 para a aquisição de material de limpeza no valor de R\$ 2.500,00. Sabendo que a despesa não foi liquidada e que o fornecedor não entregará a mercadoria, o valor de R\$ 2.500,00 da despesa anulada deverá ser, conforme Lei nº 4.320/64 e em 2015,
- (A) remanejado para despesa de capital.
 - (B) revertido à dotação de despesa corrente.
 - (C) considerado como receita orçamentária.
 - (D) considerado como receita extraorçamentária.
 - (E) considerado como despesa extraorçamentária.
-
50. Em 2016, após verificar a existência de superávit financeiro do exercício anterior, o qual não havia créditos adicionais e nem operações de crédito a ele vinculados, o prefeito do Município de Unidos resolveu reformar a Praça de Esportes, provocando a alteração da vida útil econômica do ativo em 10 anos. Entretanto, a Lei Orçamentária Anual de 2016 não tinha dotação específica para a realização de despesas com Obras e Instalações. Sabendo que em 31/12/2015 foram inscritos Restos a Pagar não Processados, o prefeito
- (A) constatou que não havia ativo circulante em 31/12/2015.
 - (B) constatou que o passivo financeiro era menor que o ativo financeiro em 31/12/2015.
 - (C) deveria abrir crédito adicional extraordinário por meio de decreto executivo e, em seguida, dar imediato conhecimento ao Poder Legislativo.
 - (D) deveria abrir crédito adicional especial por meio de decreto executivo, não sendo necessária autorização legislativa, pois o recurso de cobertura era proveniente do exercício anterior.
 - (E) deveria abrir crédito adicional suplementar por meio de decreto executivo e de acordo com os limites estabelecidos na Lei Orçamentária Anual.
-
51. É possível identificar relação entre a competência para instituir tributos e as imunidades tributárias, na medida em que
- (A) as normas que veiculam imunidades tributárias constituem comandos genéricos que orientam o exercício da competência tributária após a instituição dos tributos.
 - (B) ambos representam limitações ao poder de tributar, estando definidos na Constituição Federal e não sendo passíveis de delegação ou renúncia por parte dos entes federados.
 - (C) as imunidades vedam a instituição de tributos reciprocamente entre os entes federados aos quais é atribuída constitucionalmente a competência para instituir tributos.
 - (D) as imunidades incidem para impedir que os Municípios instituíam impostos sobre Estados, Distrito Federal e União, bem como Estados e Distrito federal sobre União, não havendo vedação em sentido inverso, em razão da prevalência de interesses e da supremacia do interesse público.
 - (E) a competência para instituir tributos é repartida constitucionalmente, sendo possível que a União cobre impostos originalmente atribuídos aos Estados, no caso de inércia desses, até que sobrevenha legislação estadual, mas não poderá desrespeitar as regras de imunidade.
-
52. É característica comum decorrente dos princípios da legalidade tributária, da anterioridade tributária e da irretroatividade tributária que
- (A) as leis tributárias não projetem efeitos pretéritos quando tratarem de instituição de novos tributos, infrações e hipóteses de incidência, admitindo-se, contudo, retroação de efeitos em alguns casos, quando benéficos ao sujeito passivo.
 - (B) sejam aplicados para a instituição de novos impostos, mas não incidam para a instituição de taxas e contribuições de melhoria, tampouco para majoração de alíquotas, quando houver antecedência mínima de 90 (noventa) dias para início da cobrança.
 - (C) admitam a retroação de efeitos para incidência sobre fatos geradores ocorridos no mesmo exercício, desde que não se trate de novo tributo e que haja prorrogação de prazo de recolhimento sem qualquer acréscimo ou encargo moratório por, no mínimo, 90 (noventa) dias.
 - (D) seja necessária antecedência de 120 (cento e vinte) meses para instituição, majoração ou alteração de hipóteses de incidência de tributos, a fim de garantir que não haja nenhuma cobrança no mesmo exercício em que a nova exigência fora introduzida.
 - (E) a instituição de impostos exija antecedência de, no mínimo, um exercício, de taxas, 90 (noventa) dias e de contribuições de melhoria, 30 (trinta) dias, permitidos efeitos imediatos e retroativos, em quaisquer dos casos, para exigência de obrigações acessórias.



53. Diferem os impostos das taxas

- (A) pois os impostos devem ser obrigatoriamente instituídos por lei de caráter abstrato e geral, enquanto as taxas admitem instituição por atos normativos infralegais, privativos do Chefe do Executivo, e devem ter incidência específica.
- (B) porque os impostos são tributos vinculados a atividade estatal, e cuja cobrança se submete ao princípio da capacidade contributiva, este que não incide para a cobrança das taxas, que são instituídas com valores específicos e preestabelecidos para cada prestação estatal.
- (C) pois devem obrigatoriamente possuir fatos geradores distintos, cabendo aos impostos a qualidade de tributos não vinculados a atividades estatais, enquanto as taxas não podem ter bases de cálculo próprias de impostos, devendo se basear na prestação de serviços públicos ou exercício do poder de polícia.
- (D) porque as taxas dependem da ocorrência de fatos geradores próprios, como exercício do poder de polícia e prestação de serviços públicos de caráter geral, cuja base de cálculo e valores de cobrança devem ser previamente fixados, enquanto os tributos decorrem da prática de atos pelo próprio contribuinte e do valor dos negócios por estes realizados.
- (E) em razão da competência para instituição, na medida que os impostos devem obrigatoriamente serem instituídos por iniciativa do Chefe do Executivo, enquanto as taxas podem ser criadas por iniciativa emanada do próprio Legislativo, independentemente da concordância do Executivo.

54. Dentre as características, elementos ou atributos capazes de identificar um ato administrativo, está presente a

- (A) autoexecutoriedade, que confere aos atos praticados no exercício da função administrativa a presunção de veracidade e exigibilidade.
- (B) imperatividade, que confere efeitos *erga omnes*, ou seja, para todos os administrados, aos atos administrativos, que são aqueles praticados no exercício da função administrativa.
- (C) presunção de legitimidade e de veracidade, que confere fé pública e certeza aos atos, fatos e declarações da Administração pública, impossibilitando questionamento judicial quando não houver sido apresentado prévio recurso administrativo.
- (D) autoexecutoriedade, que permite que a Administração pública faça cumprir suas decisões, inclusive por meio de adoção de atos materiais, independentemente de prévia determinação judicial.
- (E) a exigibilidade, que depende de homologação judicial, mas, quando presente, viabiliza execução material das decisões administrativas, inclusive com adoção de medidas coercitivas.

55. Durante um procedimento administrativo foi proferida uma decisão contrária ao requerimento formulado por um administrado, que não foi intimado da decisão. Diante do trânsito em julgado administrativo, esse administrado ajuizou ação judicial questionando a regularidade do procedimento. Diante do narrado, pode-se estar diante de hipótese de

- (A) revogação do ato administrativo, razão pela qual o administrado deveria ter apresentado recurso administrativo.
- (B) anulação, diante da ofensa ao contraditório e à ampla defesa, sendo passível de ser reconhecida apenas se tiver causado prejuízo ao administrado, ou seja, caso a decisão estivesse em desacordo com o ordenamento jurídico vigente.
- (C) revogação, diante do vício de ofensa ao contraditório, posto que a defesa do administrado foi cerceada, sendo passível de ser reconhecida judicialmente.
- (D) invalidação, por motivo de conveniência e oportunidade, cabendo analisar se houve prejuízo ao administrado, o que ocorreria caso a decisão proferida em âmbito administrativo estivesse em desacordo com o ordenamento jurídico.
- (E) anulação, diante de vício de legalidade, posto que não houve intimação do interessado no curso do processo, sendo passível de ser reconhecida administrativa ou judicialmente.

56. Administração pública de determinado município licitou a contratação de serviço de limpeza para determinada repartição pública. Após o início do contrato, adveio necessidade superveniente de contratação de serviços de segurança para o mesmo órgão público, tendo em vista que a empresa anteriormente contratada havia interrompido a prestação dos serviços. A Administração pública pretende aditar o contrato de limpeza para incluir o serviço de vigilância para o mesmo imóvel, tendo em vista que a empresa prestadora também desempenha essas atividades regularmente. A pretensão da Administração

- (A) é incabível, por caracterizar violação ao princípio da licitação e ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois o objeto do certame não contemplava a prestação de serviços de vigilância.
- (B) é admissível, como medida de economicidade e em caráter emergencial, desde que o valor da contratação seja compatível com o mercado.
- (C) pode se viabilizar com fundamento em hipótese de dispensa de licitação com base no valor dos serviços de vigilância que acrescerão à contratação em vigência.
- (D) pode ser admitida como aditamento ao contrato original, desde que observado o limite percentual para tanto, previsto na legislação pertinente, que é de 25% no caso proposto.
- (E) é ilegal, caso fique demonstrado que a solução não representa a proposta mais vantajosa para a Administração, tendo em vista que somente esse fundamento autorizaria o aditamento contratual nos moldes propostos.



57. A celebração de contratos administrativos dá-se, na maioria das vezes, após a realização de procedimento de licitação. A contratação sob esse regime
- (A) admite alterações contratuais, expressão da mutabilidade dos contratos administrativos, podendo ser de ordem quantitativa, observados os limites legais, não sendo admitidas, no entanto, quaisquer mudanças que impliquem em desnaturação do objeto.
 - (B) impede a alteração, pela contratada, das disposições contratuais estabelecidas com base no certame, facultado à Administração o estabelecimento de alterações quantitativas e qualitativas conforme necessidade e valores exigidos no caso concreto.
 - (C) não admite prorrogação de vigência, como forma de observância do princípio licitatório e do princípio da isonomia, a fim de garantir que a Administração pública sempre busque a melhor proposta.
 - (D) pode prescindir de licitação, diante de hipótese de inexigibilidade, o que afasta a exigência de observância dos limites legais para aditamento.
 - (E) somente tem característica de contrato administrativo quando precedido de licitação, de forma que os contratos cuja celebração prescinda de certame, possam ser alterados por ambas as partes, desde que consensualmente, não sendo necessário observar limites legais.
-
58. O órgão, ente ou Poder que ultrapassar o limite percentual, estabelecido pela legislação para despesa com pessoal e não providenciar a respectiva redução, na periodicidade legal, dentre outras consequências,
- (A) fica impedido de promover nomeações para cargos públicos, salvo se se tratar de concurso realizado em período em que o percentual de gastos estivesse dentro do limite prudencial e desde que o certame se preste ao provimento de cargos vagos decorrentes de aposentadorias supervenientes.
 - (B) não poderá celebrar contratos que impliquem em despesas de qualquer natureza para o exercício fiscal vigente, obrigando-se, ainda, ao contingenciamento dos valores previstos no orçamento para investimentos.
 - (C) fica impedido de realizar transferências voluntárias em favor de outros entes federados durante o exercício fiscal em vigência ou até que seja reduzido o montante de despesa com pessoal para limite inferior ao máximo estabelecido pela lei.
 - (D) não poderá receber as chamadas transferências voluntárias de outros entes da federação durante o período em que aquele limite legal remanesça ultrapassado.
 - (E) fica obrigado a contratar operação de crédito junto a instituição financeira mantida pela União Federal, para fazer frente às despesas que excederem o limite de gastos com pessoal, limitada ao exercício em curso e condicionado à correspondente redução de quadro para os dois primeiros quadrimestres seguintes do próximo exercício.
-
59. A competência disciplinar dos Conselhos Regionais de Medicina, nos termos do que dispõe a Lei nº 3.268/57 e o Decreto nº 44.045/58,
- (A) depende da opção do médico pela inscrição no referido Conselho profissional, observada a jurisdição do local de exercício da profissão, sob pena de submeter-se apenas à jurisdição disciplinar comum.
 - (B) admite a apresentação de denúncias anônimas, para preservação da privacidade dos envolvidos, quando pacientes, que poderão ter a identidade revelada ao final da tramitação do processo, previamente à decisão plenária.
 - (C) compreende a decisão acerca dos processos instaurados para apuração de infração ética, os quais terão garantidos o contraditório e a ampla defesa, para, após a apresentação de pareceres por relator e revisor, serem submetidos ao Plenário para decisão.
 - (D) abrange a imposição de penalidades cíveis e disciplinares, tendo em vista que podem ser arbitradas indenizações para ressarcimento das vítimas que comprovarem danos sofridos em decorrência da conduta do profissional.
 - (E) abrange a competência para análise de recurso voluntário interposto contra a decisão plenária, bem como para julgamento dos recursos ex-officio, obrigatórios sempre que houver decisão desfavorável ao profissional.
-
60. O grau de acerto das previsões de receitas e estimativas de despesas está diretamente ligado à qualidade ou sucesso de uma administração pública. Na mesma linha, a correta identificação das despesas correntes e despesas de capital implica no adequado manejo das dotações orçamentárias. Nesse sentido, de acordo com o que prevê a Lei nº 4.320/64, as dotações orçamentárias que
- (A) se destinam à aquisição de bens imóveis e à contratação de serviços de manutenção desses e de outros imóveis pela administração pública consubstanciam-se em despesas correntes.
 - (B) visem à subscrição para aumento de capital social de empresas estatais, consubstanciam-se em investimentos financeiros e, como tal, classificam-se como despesas de capital.
 - (C) se destinem à aquisição de bens imóveis para realização de obras públicas consubstanciam-se em investimentos e, como tal, classificadas como despesas de capital, mas a manutenção de ativos imobiliários, mediante contratos de prestação de serviços, deve ser objeto de dotação orçamentária classificada como despesa de custeio e, como tal, despesa corrente.
 - (D) se prestem à contratação de serviços, desde que não classificados na lei de licitações como contínuos, consubstanciam-se em despesas de capital.
 - (E) visem à subscrição de capital para constituição de empresas estatais consubstanciam-se em investimentos financeiros e, como tal, classificam-se como despesas de capital, enquanto a majoração de capital social deve ser objeto de dotação orçamentária classificada como inversão financeira e, portanto, despesa corrente.